

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 127970/2010	FUNDAÇÃO ESTADUAL
Divisão: PRO 313/2010	FL. Nº 29
Mat. Visto	MEIO AMBIENTE

**PARECER JURÍDICO**

AUTUADO: UNIVERSIDADE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC	CONVERSÃO DE ADVERTÊNCIA EM MULTA
PROCESSO Nº: 05004/2006/001/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 3028/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: leve	
PORTE: grande	

**I - RELATÓRIO**

A Universidade Antônio Carlos - UNIPAC foi autuada em 7.11.2005, pela prática da infração leve prevista no art. 19, §1º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

Art. 19 (...)

§ 1º - São consideradas infrações leves:

2. deixar de atender à convocação para licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulado pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio.

A autuada apresentou defesa.

Em razão da autuação foi aplicada pela FEAM, em 14.7.2006, a penalidade de advertência, para formalizar processo para obtenção de Licença de Operação no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 2.129,26.

A autuada apresentou Pedido de Reconsideração tempestivo.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

O auto de infração foi lavrado por constatar que o empreendimento autuado deixou de atender à convocação para licenciamento corretivo feito por meio do ofício DIURB 293/2005, de 25.8.2005.

O autuado, em seu Pedido de Reconsideração, alega, em síntese, que:

- na data da autuação já havia protocolado o FCEI junto ao NARC Governador Valadares há 3 meses, sem ter obtido orientação quanto ao licenciamento ambiental;
- apesar de não ter cumprido o prazo estabelecido pela FEAM para iniciar o Licenciamento Ambiental, realizou estudos técnicos para garantir que o processo implantado fosse tecnicamente viável e eficiente;

O pedido de reconsideração apresentado não trouxe dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida. A própria autuada reconhece que não cumpriu o prazo estabelecido pela FEAM.


Em consulta ao SIAM, nesta data, constatou-se que o autuado não providenciou a regularização ambiental do empreendimento, visto que não obteve licença ambiental e sequer há processo de licenciamento ambiental formalizado em seu nome.

### III – CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM o indeferimento do pedido de reconsideração e a conversão da advertência em multa no valor de R\$ 2.001,00, nos termos do art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002, e dos artigos 83 e 96 do Decreto 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2010.

<b>Autora:</b> Carulina de Freitas Chagas Consultora Jurídica OAB/MG 117.151	<b>Assinatura:</b> 
<b>Aprovado por:</b> Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	<b>Assinatura:</b> 